

VOTOS DE SOROCABA CONFIRMAM DIRCEU DE MELLO PARA REITORIA DA PUC

A polêmica urna onde votaram os funcionários do Hospital Santa Lucinda, que continha cerca de 335 cédulas sem nenhuma rubrica, teve a sua abertura autorizada pelo Conselho Universitário, em uma de suas mais agitadas sessões (veja matéria na página 2 desta edição).

Os votos, em sua grande maioria procediam do Hospital Santa Lucinda, onde os mesários deixaram de rubricar as cédulas.

Na sexta-feira, 14/9, apuradas as cédulas, constatou-se a existência de 160 votos direcionados à Chapa A PUC Vale a Pena, encabeçada pela professora Anna Maria Marques Cintra e pelo professor Martinez, já a chapa Autonomia e Excelência Acadêmicas, encabeçada pelo professor Dirceu de Mello e a professora Marcela Peçanha registrou 158 votos e o professor Francisco Serralvo e sua vice professora Ana Bock, representantes da chapa Reconstruir a PUC-SP, tiveram 06 votos; os votos nulos foram em número de cinco e os brancos sete.

Somando-se esses votos aos já apurados em 31/8, obteve-se um total de 8.382,97 votos ponderados para a chapa do professor Dirceu de Mello, em segundo lugar ficou o professor Francisco Serralvo com 6.785,59 para a chapa encabeçada

pela professora Anna Maria Cintra foram endereçados 6.641,61, colocando-a em terceiro lugar.

Assim a Comissão Eleitoral proclamou vitoriosa a chapa Autonomia e Excelência Acadêmicas, que vinha mantendo a dianteira dos votos antes da abertura dos votos sem rubrica. O Consun deverá homologar o resultado, que depois será encaminhado em forma de lista tríplice ao cardeal.

Vale lembrar que os três professores, antes das eleições, assinaram um compromisso com a comunidade comprometendo-se a recusar a indicação do cardeal caso não vencessem as eleições.



MARINA DAQUINO



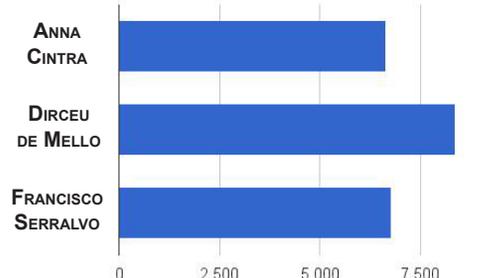
Acima, o plenário do Consun em votação; abaixo, Marcio Cammarosano (à esq.), presidente da Comissão Eleitoral, e Nalcir Antonio Ferreira Jr., presidente da AFAPUC

Resultado final das eleições para reitor da PUC-SP (*)				
	ESTUDANTES	PROFESSORES	FUNCIONÁRIOS	Voto PONDERADO
Anna Maria Cintra	1820	501	320	6.641,61
Dirceu de Mello	2588	457	519	8.382,97
Francisco Serralvo	2878	320	339	6.785,59
Votos em Branco	27	6	11	44
Votos Nulos	109	48	46	203
Total	7422	1332	1235	

(*) Este resultado inclui os votos sem as rubricas que foram separados na apuração de 31/8; o quadro acima considera os votos nulos em seus totais

Resultado dos votos não rubricados da urna de Sorocaba	
Anna Maria Cintra	160
Dirceu de Mello	158
Francisco Serralvo	06
Votos em Branco	07
Votos Nulos	05
Total	335

VISUALIZAÇÃO GRÁFICA DOS VOTOS PONDERADOS



Consun longo e polêmico descarta a realização de novas eleições

Foram mais de cinco horas de discussão seguidas para que o Conselho Universitário extraordinário, de 12/9, pudesse chegar a uma conclusão final sobre o encaminhamento da eleição para o reitor da PUC-SP durante os próximos quatro anos.

Logo de início o professor Dirceu de Mello declarou-se impedido de comandar os trabalhos e passou a condução do processo para o seu vice, professor Vico Mañas, que também precisou ausentar-se deixando que a professora Haydee Roveratti, pró-reitora de Educação Continuada, presidisse a sessão.

A representação discente da Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes, foi impedida de se instalar, uma vez que as duas representantes não puderam participar, indicando substitutos. Porém alguns conselheiros, como o professor Edson Passetti, fizeram um encaminhamento contrário, uma vez que a vaga deveria ser ocupada pelas representantes eleitas legitimamente.

O professor Marcio Cammarosano abriu a sessão lendo o detalhado relatório que respondia ao recurso feito pela chapa A PUC Vale a Pena, que pedia o não reconhecimento dos votos sem rubrica encontrados em sua maioria nas urnas do Hospital Santa Lucinda, em Sorocaba e a convocação imediata de um novo pleito no segmento dos funcionários. Para explicitar a posição da Comissão Eleitoral, o professor Cammarosano leu um detalhado relatório de 17 laudas discorrendo sobre o processo eleitoral e as posições tomadas pela Comissão.

Para Cammarosano, não existiam indícios de fraude no processo eleitoral de Sorocaba, embora fossem constatadas várias irregularidades. Durante a semana passada, a Comissão pediu às chapas do professor Dirceu de Mello e do professor

Francisco Serralvo para que se manifestassem sobre o recurso da professora Anna Maria Cintra. Os resultados foram diferentes: enquanto a chapa Autonomia e Excelência Universitária do professor Dirceu, concordava com a anulação das cédulas sem rubrica, a chapa Reconstruir a PUC-SP, do professor Francisco Serralvo, mesmo considerando correta a decisão de não validar as cédulas opinava pela imediata realização de um novo pleito entre os funcionários.

ENCAMINHAMENTO DA COMISSÃO

O professor Cammarosano afirmou que, diante dos vários cenários propostos, a Comissão encaminhava para duas possíveis soluções, que estariam respaldadas em normas eleitorais legais. Em primeiro lugar o recurso interposto pela professora Anna poderia ser aceito pelo Consun, reconhecendo como válidas as cédulas sem uma só rubrica e incluindo-se o resultado desta urna. Uma segunda hipótese negaria provimento ao recurso ratificando como legal a decisão inicial da Comissão de não considerar válidas as cédulas sem rubrica.

A professora Haydee abriu a palavra aos membros do Consun. O professor Francisco Serralvo, que solicitou a palavra aos conselheiros, colocou a sua opinião no sentido de não se descartar os votos anulados, que, segundo a informação por ele solicitada à Comissão, poderiam alterar o resultado final. Mas, diferentemente de sua posição anterior, encaminhou para que toda a eleição fosse refeita.

Na sequência alternaram-se as intervenções de defensores do professor Dirceu de Mello e Anna Maria Cintra, os primeiros alegavam prioritariamente que os resultados da eleição deveriam permanecer da maneira como estavam, não se considerando os

votos irregulares e descartando-se a realização de novas eleições. Nesse sentido o professor Ely Dirani, do campus Marquês de Paranaguá, fez um longo depoimento ressaltando que a eleição é de toda a comunidade e que a paridade sim é que é segmentada. Já aqueles que se posicionaram pelo acolhimento do recurso da professora Anna Cintra insistiam em que não se poderia deixar de lado a opinião de mais de trezentos funcionários. A bancada dos funcionários fechou questão quanto a este quesito pois entendiam ser anti-democrático um reitor eleito sem o voto de aproximadamente 30% de um segmento.

AFAPUC

A diretoria da AFAPUC solicitou a palavra e expôs a sua opinião em um texto (veja a íntegra do documento na página ao lado) que criticava a chapa A PUC Vale a Pena, pela sua tentativa de realizar um novo pleito no segmento dos funcionários, fato que a direção da entidade considerou no mínimo ardilosa, e expunha a imagem da universidade externamente. O documento seguia criticando a chapa pela pouca discussão sobre um plano de cargos e salários com a comunidade e pelo envolvimento dos seus apoiadores com a gestão Maura Vêras, na qual ocorreu a demissão em massa de funcionários e professores.

A leitura causou grande polêmica entre os conselheiros e os presentes, provocando acaloradas aplausos e críticas severas por parte de alguns conselheiros.

Após intervenções de quase todos conselheiros, passou-se à votação do recurso da chapa A PUC Vale a Pena. Inicialmente o plenário votou pela aceitação do recurso, registrando-se 19 votos a favor e 12 contra.

Na sequência votou-se para que os resultados promulgados pela Comissão Central Eleitoral não fossem considerados. Novamente o placar indicou a vitória do pleito da professora Anna, por 18 a 14. Na votação mais polêmica da sessão a presidente colocou em pauta se, diante das duas decisões iniciais o conselho deveria encaminhar para a realização de novo pleito. Em uma votação apertada os conselheiros decidiram não realizar nova votação por 17 votos contra 16 e, desta maneira, só faltou decidir se as cédulas sem rubrica seriam contabilizadas. O resultado final apontou 26 votos pela contagem dos votos sem rubrica e sete contra este procedimento.

Assim, o professor Cammarosano encaminhou para que as cédulas sem rubrica fossem abertas, os votos contabilizados e ponderados. Após esses procedimentos, os novos resultados da eleição apresentaram-se como os definitivos.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira, 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua João Ramalho, 182, 7º andar – Fone: 3670-3391.

PUCViva: 3670-3391 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Roberto de Oliveira, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victoria C. Weischtordt

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Carta aberta da diretoria da AFAPUC à comunidade puquiana

A AFAPUC - Associação dos Funcionários Administrativos da PUC-SP tem sido procurada por seus associados para entender o posicionamento da Associação sobre a eleição para a reitoria da universidade. Bem, a AFAPUC procurou sempre se manifestar no sentido de que não tinha posicionamento definido, até por que existia uma comissão eleitoral nomeada pelo próprio Conselho Universitário e qualquer posicionamento de nossa parte comprometeria a nossa visão dos fatos. Porém, neste momento, cremos que podemos expressar nossa posição.

A AFAPUC não poderia deixar de vir a este Conselho Universitário e se manifestar perante todos os integrantes da comunidade puquiana - que, inclusive, nos assistem via internet - na defesa da categoria de funcionários administrativos e do princípio de comunidade universitária. Colocamo-nos em defesa destes princípios que regem e fundamentam o Estatuto e o Regimento Geral da PUC-SP, ou seja, procuramos falar aqui em nome do espírito comunitário.

Entendemos e reconhecemos que houve alguns erros no processo eleitoral, entretanto, dentro do princípio da coletividade e da comunidade universitária reconhecemos os esforços e o grande trabalho da Comissão Central Eleitoral, referendada, inclusive, pelo próprio CECCOM.

A tentativa de evidenciar e de dar exclusividade dos possíveis erros existentes na validação de votos da

categoria de funcionários, tentando, dessa forma, emplacar nova eleição neste segmento, com a justificativa de que houve fraude nos votos de funcionários, supostamente do campus Sorocaba, é, no mínimo, ardilosa.

A defesa desse conceito tenta passar para a comunidade universitária, assim como para toda sociedade brasileira e imprensa externa, que a PUC-SP é "terra de ninguém". Arranha a imagem da universidade perante a sociedade brasileira, expondo todo o trabalho e respeito adquirido pela PUC-SP ao longo dos 66 anos de sua história, sob o argumento de estarem defendendo a lisura do pleito e o direito dos funcionários neste processo eleitoral. Como sabemos, falta com a verdade e, pelo poder da retórica e em função do envolvimento de alguns conselheiros do Conselho na campanha eleitoral do grupo que aqui recorre, usa o argumento de estar assim "respeitando o direito de voto dos funcionários".

Porém, a discussão vai muito além dos interesses dos funcionários e da própria universidade. Como sabemos, os que dizem defender os funcionários neste momento se valem disso para fazer prevalecer interesses pessoais desse grupo que não mede consequências para ascender ao poder. Não respeitam a democracia, não respeitam a autonomia universitária, não respeitam a coletividade, não respeitam a comunidade universitária, nem mesmo o Estatuto e Regimento da

PUC-SP. Em favorecimento do EU, vale tudo.

Vejam, os funcionários da universidade não estão dispostos a compactuar com a deterioração e o desrespeito da imagem da nossa PUC-SP, promovido por esse grupo. Entendemos que não existe universidade sem estudantes, não existe universidade sem professores, assim como não existe universidade sem funcionários, pois somos parte integrante dessa comunidade universitária, e é essa visão que temos.

Qualquer defesa que se faça aqui, hoje, entendemos que tem que ser pelo bem maior da PUC-SP. Dessa forma, repudiamos o comportamento que não seja pautado pelo princípio de coletividade e unicidade da comunidade universitária. Gostaríamos, nesse sentido, que os conselheiros que se identificam com esse grupo tivessem o mínimo de caráter e dignidade para falar dos funcionários, pois se vocês tivessem algum respeito por essa categoria não teriam se negado a discutir o Plano de Carreira dos mesmos quando tramitou nesse Conselho Universitário.

Dentro do processo eleitoral, deflagrado pela deliberação 17/2012, referendada por este Conselho, somos uma parte da comunidade, o que pelo critério da proporcionalidade e ponderação dos votos nos põe em condições de igualdade com os demais segmentos da PUC-SP nas urnas. Esse princípio que nos remete à condição de eleitores no processo eleitoral é o prin-

cípio da igualdade, da coletividade e da comunidade que fundamenta o Estatuto e Regimento da PUC-SP, aprovados democraticamente em todas as instâncias universitárias.

Dessa forma, os funcionários não querem exclusividade e, sim, mais respeito. A manobra política que se apresenta aqui neste conselho, não nos fortalece enquanto comunidade universitária. Conforme dito no TITULO VIII - DA COMUNIDADE UNIVERSITARIA do REGIMENTO GERAL DA PUCSP, Art. 234 - A Comunidade Universitária é formada pelos corpos docente, discente e administrativo, que se diversificam em razão das suas atribuições, mas se unificam no plano comum das finalidades da PUC-SP.

Certamente, senhores conselheiros e comunidade puquiana, aqueles inconsequentes que colocaram matérias nos jornais Folha de S.Paulo e Estado de S.Paulo, dizendo que houve fraude nas eleições da PUC-SP, sem mesmo esperar o pronunciamento da Comissão Eleitoral referente às eleições, sem mesmo esperar tramitar o processo eleitoral nesse Conselho, não estão respeitando a vontade da comunidade da PUC-SP, mas estão ferindo a moral da universidade perante a sociedade brasileira. Há de se responsabilizar essas pessoas pelo desserviço e desrespeito para com a PUC-SP.

continuação da
página anterior

Aprendemos desde sempre que precisamos obedecer as regras, principalmente em um país onde as regras são desrespeitadas cotidianamente. Pois bem, se estamos numa universidade de vanguarda, como determinado grupo que aqui está pode pedir para que simplesmente ateamos fogo às regras que normatizaram a eleição e mesmo em leis externas?

Assim, vemos que, didaticamente, as pessoas que recorrem neste momento prestam um verdadeiro des-serviço à PUC-SP, pois, na qualidade de professores, ensinam como manipular regras, como colocar os mais fracos em situação de risco. No caso, os funcionários que, esses sim, respeitam regras todos os dias, quando marcam ponto, acatam or-

dens, respeitam horários etc.

Alguns conselheiros que aqui estão, e que inclusive prestaram serviço à gestão da Profa. Maura Vêras no processo desumano de demissão em massa dos funcionários e professores, agora enchem a boca para falar desta categoria integrante da comunidade universitária APENAS em interesse próprio, mas não em interesse dos Funcionários, do princípio da igualdade, da coletividade e da comunidade universitária que consolidam a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

É o que nos cabe dizer para a comunidade.

Qualquer votação que se faça aqui hoje, não acatando essas normas e princípios, tende a se configurar como uma tentativa de golpe. Há de se instaurar uma sindicância para apurar os fatos.

Diretoria da AFAPUC

Carta aberta à diretoria da APROPUC

Li, estupefato, o texto-editorial do jornal semanal *PUCviva* nº 837 (03/09/12) intitulado "O que esperamos da nova reitoria eleita". Nele a Diretoria da APROPUC não escondeu sua pressa em saudar a nova reitoria da PUC. O texto inicia cumprimentando "a nova reitoria democraticamente eleita" e termina com um "Desejamos à nova reitoria uma boa gestão com democracia e autonomia".

Não obstante, a matéria de capa da mesma edição do jornal registrou aquilo que o jornal denominou de "incidente inusitado", a saber, que "uma urna de Sorocaba teve uma grande quantidade de cédulas sem a rubrica de nenhum mesário" e anotou que a Comissão Central Eleitoral "decidiu proclamar como resultado provisório a eleição do professor Dirceu de Mello, desconsiderando-se os votos irregulares". Ademais, foi um acontecimento público e notório, que um dos candidatos no pleito entrou com recurso junto ao CONSUN questionando a desconsideração dos tais votos irregulares. E foi ato ainda mais público a turbulenta reunião do CONSUN da última quarta-feira, que tinha como pauta originária homologar os resultados da eleição, e terminou sem consenso, quase em distúrbios, com decisão de convocação de uma reunião extraordinária para a próxima quarta-feira dia 12/09.

Não obstante a gravidade de tal situação, o site da APROPUC em sua edição de 06/09 noticia descritivamente o ocorrido no CONSUN (matéria "Consun adia decisão sobre eleições da PUC-SP") omitindo informações

importantes referentes a possíveis questionamentos acerca dos procedimentos adotados pelos mesários da tal urna, acerca de posturas da Comissão Central Eleitoral e acerca da condução da reunião do CONSUN, tudo favorecendo a decisão do pleito em favor do atual reitor. E como se nada de realmente grave estivesse em curso em nossa universidade, a mesma edição do site da APROPUC convoca para o dia 11/09/12 uma reunião aberta para "discutir tabelas salariais diferenciadas".

Não consigo ver outro sentido nesse manejo das informações da sempre outra combativa APROPUC em favor de processos democráticos abertos e transparentes senão o de um fisiologismo jamais visto em nossa Universidade.

Como ex-Presidente dessa entidade, em tempos combativos e democráticos como os do início dos anos 1980, ao lado de Aloisio Mercadante, Maria Amália Andery e Percival Peixe, não me reconheço mais como membro dessa entidade.

Informo-lhes, pois, que entrarei com solicitação junto ao DRH para que suspendam minha contribuição mensal em folha a qual vinha recolhendo para esta entidade desde minha condição de socio-fundador. E que depositarei minha carteira de membro na lata de lixo.

Atenciosamente,

São Paulo, 07 de setembro de 2012 (190º da Independência)

Alípio Márcio Dias Casali
Professor Titular do Departamento de Educação Docente-Pesquisador do Programa de Pós-Graduação Em Educação /Currículo

Nota de esclarecimento da DIRETORIA DA AFAPUC

Em virtude da solicitação feita em 06/09/2012 de convocar uma assembleia extraordinária, nas vésperas do feriado da Independência, por parte de alguns conselheiros discentes do CONSUN remetida ao Presidente da AFAPUC com o objetivo de se tirar um posicionamento, perante a categoria de funcionários, referente aos fatos que supostamente ocorreram nas eleições para REITORIA, e as decisões do CONSUN de 05/09/2012 pp., bem como as posições dos demais conselheiros no CONSUN, a AFAPUC, esclarece:

O Presidente, nas atribuições de suas funções, não deu provimento ao pedido pelo fato do mesmo não estar em conformidade com o artigo 18 do ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS ADM DA PUCSP que diz dos prazos.

Entretanto a AFAPUC procurou ouvir os funcionários em REUNIÃO ABERTA realizada, em 11/09/2012 às 15h. no auditório 100, onde alguns conselheiros discentes do CONSUN, entendiam que a AFAPUC, juntamente com os mesmos teria que tirar um posicionamento fechado. A Diretoria da AFAPUC não via dessa maneira, pelo simples fato da comunidade puquiana nem a AFAPUC terem conhecimento do RELATÓRIO DA COMISSÃO CENTRAL ELEITORAL até o presente. Na visão da DIRETORIA DA AFAPUC, qualquer posicionamento que se tirasse naquele momento estaria prejudicado, até porque, a matéria ainda não havia sido debatida no CONSELHO UNIVERSITARIO. Não havendo consenso entre as partes, a reunião se encerrou.

Resposta da Diretoria da APROPUC à carta do Prof. Alípio Marcio Dias Casali

A carta que o professor Alípio Casali divulgou na universidade comete uma injustiça com a diretoria da APROPUC. As suas acusações não refletem o posicionamento integral da diretoria. O comentário sobre o Editorial e o artigo publicados no **PUCviva**, por sua vez, incorrem em um equívoco de supor que a diretoria da APROPUC tenha se posicionado em favor de uma das candidaturas. Certamente, o clima da disputa eleitoral acirra os ânimos e polariza as posições. A diretoria da APROPUC teve todo o cuidado para não tomar parte dos interesses eleitorais em conflito. Justamente por estas razões, nos causa estranheza a carta encaminhada pelo professor Alípio Casali, pela qual nos acusa de fisiologismo e de veicularmos a posição de uma das chapas concorrentes à Reitoria da PUC-SP.

Vimos a público esclarecer que a diretoria da APROPUC não apoiou, não apóia, nem se engajou em quaisquer campanhas dos candidatos à reitoria. Este princípio sempre marcou a atuação da APROPUC. Não há nenhum membro da diretoria que tenha se manifestado publicamente ou subscrito quaisquer listas de apoio ou materiais de qualquer candidatura. Entendemos que assim garantimos a autonomia e independência da APROPUC.

O mesmo se aplica ao jornal **PUCviva**. A edição do **PUCviva** geralmente fecha na quinta-feira e vai para a gráfica na sexta-feira pela manhã para que possa ser distribuída na segunda-feira. Na edição nº 837 de 3/9/12 o editorial "O que esperamos da nova reitoria eleita" foi escrito e aprovado pela diretoria da APROPUC na quarta-feira dia 29/08, ou seja, antes do término das eleições. O texto foi dirigido a qualquer uma das chapas que fosse eleita, tanto que o título do texto refere-se à REITORIA e não a reitor ou reitora. Parabenizar a nova reitoria nos parece, no mínimo, uma manifestação de civilidade. Excepcionalmente, o texto referente ao resultado das eleições foi elaborado após o término das apurações dos votos e o jornal foi enviado para a gráfica no final da tarde de sexta-feira, 31/8. Portanto, até o fechamento da edição de 3/9 não tínhamos conhecimento da existência de quaisquer recursos encaminhados pelas chapas.

O texto "O que esperamos da nova reitoria eleita" trata de pontos que já foram abordados nas questões entregues aos candidatos e cujas respostas foram publicadas na edição especial do **PUCviva** de 20/8/12. Esses mesmos pontos também fizeram parte da fala da diretoria da APROPUC no debate Roda Viva. São pontos renitentes que preocupam os professores e precisam ser enfrentados pela reitoria, não importa qual seja o resultado da eleição. Dentre esses pontos, encontra-se a "isonomia salarial", que afeta uma parte significativa dos professores, sejam eles os contratados após 2006 ou os que mudaram de categoria na carreira após essa data. A reunião à qual o professor se refere já estava agendada há mais de um mês e sua convocação foi próxima à data estabelecida. Além disso, trata-se de uma questão de fundamental importância para a categoria, que já vinha sendo pautada pela diretoria da APROPUC em várias outras oportunidades, e

independe do resultado do pleito.

Na edição nº 838 de 10/9 do **PUCviva**, cuja versão online foi veiculada em 6/9, consideramos que o jornal acertadamente informa sobre a reunião do Consun, sem tomar partido das chapas envolvidas nos questionamentos dos votos.

Ao contrário do que o professor Alípio afirma, não houve omissão de informações relevantes por parte do jornal **PUCviva**. Na edição 838, de 10/9, na matéria "Recursos e muita polêmica marcam uma das eleições mais disputadas da PUC-SP", publicada na página 2, assim como no subtítulo "Protestos e Justificativas" da matéria de capa, o próprio jornal relata os questionamentos trazidos por meio dos recursos, bem como suas repercussões.

Não é papel do jornal **PUCviva** ser porta voz de uma ou outra chapa. Durante seus quase 20 anos o **PUCviva** pautou-se por refletir a opinião de professores e funcionários representados pelas diretorias da APROPUC e AFAPUC legitimamente eleitas por seus pares. Porém, vivemos em uma universidade onde as opiniões são multifacetadas e nem sempre conseguimos refleti-las em sua totalidade. Por isso mesmo, as páginas do **PUCviva** obrigatoriamente reservam espaço cativo para diversas opiniões da comunidade (por ex., a coluna Fala Comunidade). Nessas eleições, não poderia ser diferente. Recebemos elogios, críticas e pedidos de retificação. Como sempre, o espaço do **PUCviva** permaneceu aberto à comunidade.

Até onde nos foi dado conhecer, o pleito seguiu as normas aprovadas pelo Consun, as quais consideramos democráticas. Também pensamos que o Consun deverá discutir os questionamentos advindos das urnas onde foram apontadas irregularidades, de modo a garantir a democracia das eleições e a legitimidade do processo. A diretoria da APROPUC, assim, só ingressará no mérito dos questionamentos quando forem apresentadas provas suficientes de que o pleito e a vontade da comunidade puquiara restaram prejudicados pelos problemas suscitados.

Embora saibamos que qualquer palavra ou ação seja passível de múltiplas interpretações, esperamos que nossos esclarecimentos tenham agregado novas informações para uma nova leitura tanto do texto do **PUCviva** como da Carta Aberta à Diretoria da APROPUC escrita pelo Professor Alípio.

Entendemos que nossa resposta está repleta de boa fé. Reconhecemos a importância de cada associado da APROPUC. O fato do professor Alípio ser um dos fundadores da entidade certamente tem sua importância. Diante disso, a diretoria da APROPUC vem perante o professor Alípio defender o fortalecimento de uma Associação que tem uma trajetória inquestionável de luta. As divergências e os descontentamentos com a sua diretoria não podem ser motivo de desfiliação. Pelo contrário, os conflitos políticos devem ser motivo de fortalecimento democrático da entidade.

Professores criticam tabelas salariais diferenciadas

A APROPUC realizou na terça-feira, 11/9, uma reunião com docentes da universidade para discutir a situação destes profissionais que recebem hoje através de uma tabela diferente daquela praticada para os professores com mais tempo de casa.

A partir de 2006, com o recrudescimento da crise financeira da PUC-SP, a universidade passou a praticar tabelas salariais diferenciadas para seus professores. A partir daquele momento os professores que já davam aulas na instituição passaram a ser considerados como um quadro em extinção. Os novos docentes contratados passariam a receber valores abaixo daqueles praticados até então e, mesmo aqueles que já estivessem na universidade, ao ascenderem a uma nova categoria, passariam a receber pela chamada tabela nova.

Essa situação, que é ilegal perante o Acordo Coletivo da Categoria (veja matéria nesta página) já vem se arrastando há seis anos, constantemente é questionada pela APROPUC, tanto em reuniões com a Fundação São Paulo, como com a Reitoria. Porém nenhuma solução foi de fato implementada pelos gestores da universidade.

RELATO DOS DOCENTES

Os professores que compareceram à reunião, em sua maioria novos na PUC-SP, relataram as agruras que sofrem para ministrar aulas numa universidade que outrora foi uma referência entre as instituições parti-

culares no país.

A baixa remuneração tem feito com que vários deles migrem para outras instituições que remuneram melhor, tão logo consigam uma nova oportunidade. Pior do que isso, hoje o docente, mesmo que tenha doutorado, tem que passar pelo chamado período probatório, de dois anos, recebendo como auxiliar de ensino neste período. Curiosamente o professor, no primeiro semestre de PUC-SP, recebe um salário inferior ao de auxiliar de ensino, para que, só no segundo semestre de universidade, tenha seu salário aumentado.

Mas o purgatório do período probatório nem sempre termina depois de dois anos, em razão de represamento por motivos financeiros a PUC-SP permanece pagando a um mestre ou doutor como auxiliar de ensino por um tempo indefinido.

Por outro lado, os professores que estão na casa há mais tempo, relataram como não têm hoje nenhum estímulo para se qualificarem, pois quando migram para uma nova categoria passam a ter novas exigências com um salário pouco superior ao antigo.

ENCAMINHAMENTOS

Os professores também relataram a insegurança em que consiste o trabalho durante o período probatório, quando não têm certeza se continuarão na instituição. Mesmo assim o consenso é de que o trabalho por eles realizado é extremamente

competente, sendo normalmente bem avaliados seja pelos alunos ou pelas avaliações institucionais.

Nesse sentido os professores encaminharam para a realização de uma reunião ampliada no dia 02 de outubro, quando se procurará aglutinar um maior número de professores para discutir a questão.

No sentido de subsidiar as próximas reuniões a APROPUC deverá realizar

um levantamento junto aos diversos departamentos que compõem a universidade e a Divisão de Recursos Humanos, para saber quantos professores na universidade encontram-se na situação de enquadramento na tabela nova de salários.

Por outro lado o departamento jurídico da entidade será consultado para saber-se quais as alternativas legais para solucionar-se a questão.

Uma medida ilegal

A existência de tabelas salariais diferenciadas para as diversas categorias docentes constitui-se em uma violação do texto estabelecido de comum acordo entre o Sindicato dos Professores de São Paulo, Sinpro-SP e as mantenedoras de ensino em sua cláusula 17. O Acordo Coletivo de Trabalho do Sinpro-SP estabelece que: "A MANTENEDORA não poderá contratar nenhum PROFESSOR por salário inferior ao limite salarial mínimo dos PROFESSORES mais antigos que possuam o mesmo grau de qualificação ou titulação de quem está sendo contratado, respeitado o quadro de carreira da MANTENEDORA".

Esta situação já gerou alguns processos trabalhistas movidos pela APROPUC e professores que se encontravam na situação descrita pela Convenção.

No último deles o ex-professor da PUC-SP Luiz Antonio Coelho Ferla, do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais representado pela APROPUC na Justiça do Trabalho, obteve vitória na sua reivindicação de diferenças salariais em relação aos demais docentes de sua categoria.

O contrato do professor deveria ser prorrogado até 08/12/2006, porém o reclamante trabalhou na PUC-SP até 19/01/2009, data em que foi dispensado sem justa causa. O contrato por prazo determinado foi descaracterizado em razão da prorrogação ter ocorrido até janeiro de 2009, como auxiliar de ensino, o que ensejou na transformação deste contrato por prazo indeterminado. A Justiça deu ganho de causa ao docente porém a Fundação São Paulo interpôs recurso que ainda está tramitando.

GAUCHE NA VIDA

Mentiras, verdades e silêncio sobre a política de insegurança pública

Givanildo Manoel

Uma onda de violência em São Paulo. Entre a interpretação dada pela grande mídia e a vida cotidiana que segue na cidade, a população permanece afundada num campo de desinformação e reprodução do mais preconceituoso senso comum. Que a polícia militar é um polo vivo e ativo da herança ditatorial, todos sabem. Que é uma das mais violentas do mundo, todos vêem. Qual a novidade então? O que explica essa onda de violência e mortes nas periferias?

Um caso emblemático e ao mesmo tempo típico é o do motoboy Eduardo Pinheiro dos Santos, assassinado na frente da mãe em abril de 2010. Os policiais o contiveram como suspeito, o julgaram como culpado e, sob os olhares desesperados da mãe, aplicaram-lhe a sentença de morte. Ele era negro, pobre e, portanto, suspeito e culpado - segundo a atual visão de segurança pública.

O problema é não refletir que política é essa, até porque há anos essa ideologia entra cotidianamente em nossas vidas através dos programas sensacionalistas e policialescos. Somos diariamente hipnotizados por uma falsa ideia de que é necessária uma política de segurança, que, para ser mais eficiente, pode violar todos os nossos direitos, transferindo para o braço armado do Estado todos os desígnios das

nossas vidas. A cada tiro no cidadão, um tiro em nossa já muito baleada Constituição.

O atual governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, quando assumiu seu primeiro mandato em 2001, reafirmou a mentalidade intervencionista, repressiva e autoritária baseada na doutrina de segurança pública dos Estados Unidos de guerra preventiva e permanente contra o terror. A política de "tolerância zero" é de guerra contra o inimigo interno, já que não estamos em guerra com outro país. Pra quem acha um exagero, já que se nomeia o atual regime que vivemos de democracia, até estatísticas oficiais apontam que o inimigo interno é a população pobre e negra.

Evidentemente, essa política que teve suas bases constituídas no período da ditadura militar esmagou qualquer outro tipo de perspectiva de segurança pública a partir da amnésia e impunidade dos crimes cometidos naquela ainda recente época.

Com nova roupagem, essa ótica foi ampliada para os setores que também combateram a ditadura militar. O governo federal assumiu essa doutrina de segurança, adotando as UPPs como a expressão dessa capitulação à utilização do uso da força desmedida pelo Estado.

O resultado é um desastre humanitário sem precedentes. O Brasil, ao longo de 10 anos, viveu um aumento de 576% de mortes violentas, foram mais de meio milhão

de mortes e a ampliação de encarcerados no Brasil dobrou, indo para 500 mil. Hoje somos o terceiro país a mais encarcerar no mundo, perdendo só para a China e Estados Unidos. Ou seja, estamos estruturando no Brasil um Estado penal.

Na cidade de São Paulo, o prefeito Gilberto Kassab, como bom sucessor da gestão Serra, tomou diversas medidas em doses homeopáticas - mas muito dolorosas - que procuram um novo ordenamento geopolítico e imobiliário na cidade. A coleção de proibições visa expandir as fronteiras das áreas a serem exploradas pelo setor imobiliário.

O prefeito impôs uma política de higienização do centro da cidade, com os jatos de água diários nos moradores de rua, ameaça de proibição dos sopões, despejos de ocupações por moradia, expulsão dos vendedores ambulantes, ação repressiva na "craquelândia" e tantas outras.

Mesmo os empreendimentos como viadutos, monotrilhos e grandes obras que teoricamente beneficiam a população acabam por despejar centenas de famílias, valorizar algumas regiões e substituir essas pessoas por outras com mais condições de consumidor de imóveis e outros bens. Isso se acirra ainda mais com a preparação da cidade para receber a Copa do Mundo.

Outras medidas, muitas vezes encaradas como transversais, também expressam

essa tomada territorial. Desde a proibição dos artistas de rua, passando pela lei do Psiu e chegando até a ofensiva contra os saraus nas periferias, colocam sob a lei um modo de vida a ser seguido pela população. É por isso que se militariza tanto São Paulo. As tropas estão aí para abrir espaço e expandir as fronteiras da segregação social. Os prefeitos militarizaram 31 das 32 subprefeituras, colocando coronéis aposentados na gestão. A famigerada operação delegada, feita em um acordo ilegal com o governo do estado, contratou os serviços de mais de 4 mil policiais e agravou a violência utilizada pela Guarda Civil Metropolitana.

O que assistimos neste momento com a recente onda de mortes praticadas por policiais no estado de São Paulo nos leva a crer que há uma dificuldade desses setores administrarem a sua própria política de aliança com setores que alegam combater. Diferente do que o senso comum impregna, aparentemente, não se trata de um conflito entre Estado versus crime, mas de um desacerto na aliança estabelecida entre esses dois atores. Ambos criminosos.

Já é de conhecimento público as investigações de envolvimento de policiais em assaltos a caixas eletrônicos, condomínios de luxo e outras práticas de corrupção.

continua na próxima página

continuação da
página anterior

Mas isso ainda é encarado como um problema meramente moral e como fatos isolados de um setor contaminado da polícia.

Neste contexto, é a polícia quem está decretando toque de recolher em diversas regiões da cidade. Nos últimos três meses, foram centenas de mortes. Enquanto são registradas como "resistência seguida de morte", supostamente investigadas pela Polícia Civil, mas quase sempre engavetadas pela Secretaria de Segurança Pública, a população vive sob o tiroteio da desinformação.

O que está posto para o povo de São Paulo é que essa lógica falhou, aliás, já nasceu falida, pois a verdadeira política de segurança capaz de enfrentar a violência se dá pelo combate à desigualdade social com saúde, educação, lazer, esporte, cultura, emprego e moradia dignos e públicos. De imediato, é preciso que a população organize sua indignação contra essas mortes, visando à abertura de uma CPI para investigar e desmilitarizar a polícia, que deve ser democraticamente controlada pelo povo.

Givanildo Manoel é historiador, educador e militante social.

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

Simpósio discute a Esquerda na América Latina

Entre os dias 11 e 13/9, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH) foi sede do Simpósio Internacional sobre a esquerda na América Latina, que discutiu amplamente o tema com palestras de grandes intelectuais da atualidade e presença massiva de pesquisadores e militantes sociais.

A atividade, organizada pelo Departamento de História da USP, recebeu 14 mesas de debate composta por nomes de peso, como Paulo Arantes, Ricardo Antunes, Plínio de Arruda Sampaio, Valério Arcary, Mauro Iasi, Michael Löwy, Osvaldo Coggiola, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, entre outros.

A PUC-SP também esteve representada por Lúcio Flavio de Almeida, que discutiu Socialismo e Social-Democracia na América Latina, Edson Passetti, que falou sobre a história do Anarquismo na América Latina, e José Arbex Jr. (foto), que, convidado para mesa cujo tema foi "Drogas, Narcotráfico e Capitalismo", falou sobre a violência exacerbada gerada nos morros e favelas brasileiras a partir da criminalização das drogas e da pobreza.

APOIO AOS GUARANI KAIOWÁ

Dando prosseguimento à campanha financeira do Comitê Internacional de Solidariedade ao Povo Guarani e Kaiowá foi organizado durante o simpósio, no saguão



Acima, a mesa de debate que discutiu Drogas, Narcotráfico e Capitalismo, composta por Julio Delmanto, Henrique Carneiro, Lucas de Castro, Rosana Schwartz e José Arbex Jr. (à direita). Abaixo, membros do Comitê de Solidariedade ao Povo Guarani Kaiowá

da FFLCH, um estande de vendas de livros e alimentos para arrecadação de verbas para os indígenas e divulgação da campanha "Pela Vida do Povo Guarani Kaiowá", com a intenção de denunciar a situação de violência e violação aos direitos humanos a que estão submetidos estes povos tradicionais.

Embora a atividade tenha terminado, a campanha em prol dos Guarani Kaiowá permanece a todo vapor, recebendo doações de livros, alimentos não perecíveis e roupas. Para receber as diversas formas de contribuição, o Comitê

organizou dois pontos de arrecadação. O primeiro é a sede da APROPUC, Rua Bartira, 407, Perdizes; e o segundo, a sede do Sintusp, Av. Profº Almeida Prado, 1276, na Cidade Universitária, no Butantã.

Além disso, há duas contas bancárias disponíveis para receber doações financeiras: Banco do Brasil, Ag. 1267-X, c/c 50172-7; Banco Bradesco, Ag. 3561, c/c 20404-8. Após depósito, os doadores devem enviar e-mail para solidariedadegarani kaiowa@gmail.com informando sobre o depósito realizado.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Ato e debates relembram massacre de Sabra e Chatila

Acontece nessa segunda-feira, 17/9, às 17h em frente ao Banco Safra, na Av. Paulista, um ato público de memória e resistência em homenagem ao povo palestino. A manifestação relembra os 30 anos dos massacres de cerca de 3 mil palestinos em campos de refugiados em Sabra e Chatila, no sul do Líbano. Na ocasião, principalmente mulheres, idosos e crianças foram mortos pela ação articulada entre a direita Libanesa e sujeitos políticos e sociais de Israel.

O ato é organizado pela Frente Palestina Vive, Frente Palestina da USP, APROPUC e demais entidades e movimentos que



se articulam na Frente em Defesa do Povo Palestino.

Além do ato dessa segunda, outras atividades e debates estão sendo organizados em universidades. O primeiro deles acontece

no dia 18/9, às 19h, no auditório 239 do Prédio Novo da PUC-SP. Já o segundo está marcado, no dia 25/9, às 17h30, para o auditório das Ciências Sociais da USP.

Greve se encerra na maioria das federais

Na semana passada, de 10 a 13/9, o Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes-SN), entidade com maior representatividade entre as universidades federais em greve, realizou mais uma rodada de assembleias nas suas seções regionais para discutir os rumos da paralisação que completa quatro meses no dia 17 desse mês.

A maioria das instituições paralisadas decidiu por voltar às aulas justamente na segunda-feira, 17/9, como é o caso das Federais de Pernambuco, Bahia e Goiás, após o governo encerrar em agosto a negociação com o movimento grevista e

apresentar o projeto de lei orçamentária para o ano que vem, sem o percentual de reajuste requerido pela pauta da greve.

A previsão é que o calendário de aulas seja estendido até o início do ano que vem. O Ministério da Educação informou ao movimento docente e ao Andes que quer a reposição completa das aulas perdidas em função da paralisação.

Já 22 instituições, porém, deliberaram a continuação da greve. São elas: Espírito Santo (UFES), Mato Grosso (UFMT), Mato Grosso do Sul (UFMS), Viçosa (UFV), São João del Rei (UFSJ), Pará (UFPA),

Oeste do Pará (Ufopa), Paraná (UFPR), Tecnológica do Paraná (UFTPR), Rural de Pernambuco (UFRPE), Vale do São Francisco (Univasf), Piauí (UFPI), Tocantins (UFT), Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Fluminense (UFF), Rio Grande (Furg), Pampas (Unipampa), Santa Maria (UFSM), Pelotas (UFPe), Rondônia (Unir), Roraima (UFRR) e Sergipe (UFS).

A greve nas instituições educacionais do ensino superior impulsionou a maior paralisação do funcionalismo público brasileiro nos últimos anos e chegou a atingir 57 das 59 universidades federais do país.

Grito dos Excluídos ecoa pelo país

O Grito dos Excluídos reverberou por São Paulo e demais cidades do país, na sexta-feira, 7/9, protestando contra a desigualdade e exclusão social que caracterizam o Brasil. A manifestação, que tradicionalmente acontece há 18 anos no dia do grito da Independência da República, reuniu inúmeros movimentos sociais e algumas centenas de pessoas na capital paulista com o tema "Queremos um Estado a serviço da nação que garanta direitos a toda a população".

Os manifestantes se concentraram na Praça da Sé e seguiram pela Av. Brigadeiro Luís Antônio, rumo ao Ibirapuera. Eles fizeram intervenções pelo carro de som e gritando reivindicações dos movimentos sociais, como direitos básicos negados todos os dias a uma parte de população, a exemplo da moradia e saúde. O ato transcorreu acompanhado pela CET e não houve conflitos, em função do seu caráter pacífico.

PELO BRASIL

Além de São Paulo, outras cidades também organizaram o Grito dos Excluídos neste ano. Diferentes movimentos sociais, como movimento negro, sem teto, feminista, de juventude, se organizaram pautando reivindicações diversas e saíram às ruas em Brasília, Cuiabá, Recife, Salvador, Natal e demais cidades do Brasil.

O evento acontece desde 1995 e foi criado pelo Setor Pastoral Social da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). A ideia de realizá-lo no Dia da Pátria é para refletir de modo crítico sobre o modelo de independência que o Brasil possui até os dias de hoje, em termos econômicos e sociais.

ROLA NA RAMPA

PUC-SP sedia seminário anual do RedEm



MARINA DAQUINO

As acomodações globais no sistema internacional foi tema de discussão na tarde de 12/9

De 12 a 14/9, a PUC-SP sediou o Seminário Anual da Red de Estudios de la Economía Mundial (RedEm), que neste ano discutiu o tema "Desenvolvimento e Crise no Capitalismo". Pesquisadores de vários países latino-americanos participaram do seminário, entre eles Cáudio Katz (Universidad de

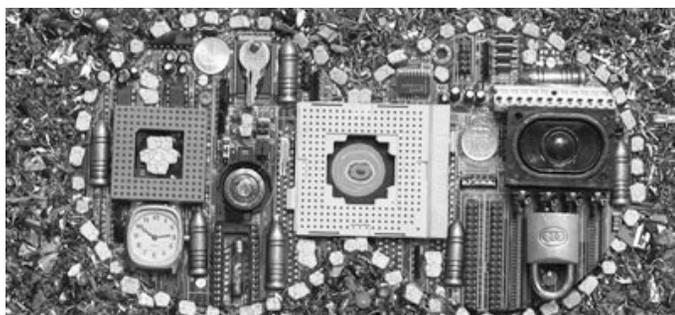
Buenos Aires), Theotônio dos Santos (Universidade Federal Fluminense) - que participaram da mesa acima, em destaque - e Jaime Estay (Benemérita Universidad Autónoma de Puebla). O evento, organizado por Jayme Estay (BUAP, México) e Rosa Maria Marques (PUC-SP), teve o apoio da FAPESP.

Debates do NEAM estão disponíveis no YouTube

Os debates organizados pelo Núcleo de Estudos e Aprofundamentos Marxistas (NEAM), do programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-SP, coordenado pela professora Beatriz Abramides, e apoiados pela APROPUC estão dispo-

níveis no canal da APROPUC no YouTube. O debate mais recente, sobre a concepção marxista de partido, e todos os outros, podem ser consultados no link <http://www.youtube.com/user/Apropuc/videos?view=0>.

Espaço Cultural FCET recebe exposição sobre tecnologia



A Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia no Espaço Cultural FCET-PUCSP, no campus Consolação, recebe a exposição "Réquiem a Gaia", do artista plástica Walter Miranda. O artista utiliza objetos produzidos e descartados pela indústria de

eletrônicos, como placas de computadores, misturados a pintura a óleo. As obras estarão expostas até o dia 23/11, e a mostra foi organizada pelo projeto Interarte Cultura da PUC-SP. Para informações sobre o espaço, ligue para 3670-8024.

Frente Feminista da PUC-SP lança jornal e promove formações

A Frente Feminista da universidade lançou a primeira edição de seu jornal na quinta-feira, 13/9, em evento no Bosque da universidade. Com o tema "Feminismo e Religião", o jornal traz textos sobre assuntos que tangem o mundo para além da universidade, como a proibição pela Igreja e do Estado da prática do aborto, educação laica, tema extremamente discutido dentro da PUC-SP recentemente após o bispo Don Bergonzini publicar um texto em seu blog afirmando que a "PUC-SP é da Igreja", e a Bancada Evangélica no Congresso Nacional, que fre-

quentemente toma decisões arbitrárias de acordo com sua prática religiosa. A frente é composta por mulheres de diversos cursos que se auto-organizam para o combate ao machismo presente na sociedade e principalmente dentro da universidade. Para ver o jornal e obter informações a respeito de reuniões, e também das próximas formações abertas promovidas pela frente, acesse a página no Facebook <https://www.facebook.com/frentefeminista.dapucsp>. A primeira formação será sobre Feminismo Negro, no dia 17/9, às 18h30, no Bosque, ao lado da quadra.

Carteirinhas da APROPUC serão distribuídas este mês

Os professores associados à APROPUC receberão as carteirinhas da entidade a partir do final desta semana. As carteirinhas serão distribuídas nos escaninhos dos

professores e terão validade até 2014. Para mais informações sobre as carteirinhas, ligue para 11 3865-4914, ou vá até a sede da APROPUC, na Rua Bartira, 409.

Zélia Duncan em evento no TUCA

A cantora Zélia Duncan se apresenta no TUCA, em espetáculo baseado na obra de Luiz Tatit, com direção de Regina Braga. O espetáculo se iniciou no dia 15/9, e ainda haverá apresentação nos dias 21, 22, 23, 28, 29 e 30/9 no TUCA (Rua Monte Alegre, 1024), sendo

sextas e sábados às 21h30 e domingos às 19h. A bilheteria do teatro funciona entre terça e domingo, das 14h às 20h. Para mais informações sobre valores de ingressos, ligue para 3670-8455 ou acesse os sites www.teatrotuca.com.br e www.ingressosrapido.com.br.

Acessos em mídia eletrônica da APROPUC

O site da APROPUC registrou durante o ano corrente, até o mês de setembro, 35.635 acessos, com média mensal de 4.454,75 acessos. No mesmo período, o canal da entidade no YouTube recebeu 1.716 acessos, dos 24.370 regis-

trados desde o lançamento do canal. Para continuar acompanhando as novidades da APROPUC, acesse www.apropucsp.org.br, www.facebook.com/apropuc, www.twitter.com/apropuc e www.youtube.com/apropuc.